



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOVINA DOS REIS NETO

**O PAPEL DA MULHER NA CONQUISTA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA
COMUNIDADE “MALHADINHA” NO MUNICÍPIO DE BREJINHO DO NAZARÉ –
TO**

Porto Nacional

2020

JOVINA DOS REIS NETO

**O PAPEL DA MULHER NA CONQUISTA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA
COMUNIDADE “MALHADINHA” NO MUNICÍPIO DE BREJINHO DO NAZARÉ –
TO**

Artigo apresentado à Universidade Federal do
Tocantins – Campus Universitário de Porto
Nacional para obtenção do título de bacharel em
geografia sob orientação do Prof. Dr. Elizeu
Ribeiro Lira

Porto Nacional

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R377g Reis Neto, Jolzn Nos

O Papel da Mulher na Conquista do Território Quilombola na Comunidade “Mulladiilia” no Município de Belizópolis do Tocantins — TO. / Joviana dos Reis Neto. — Porto Nacional, TO, 2020.

Artigo científico - Universidade Federal do Tocantins — Câmpus Uruaçu de Porto Nacional - Comissão de Geografia 2020.

Orientador: **Elizeu Ribeiro Lira**

1. Comunidade Mulladiilia. 2. Território Quilombola. 3. Resistência e cultura de Quilombolas. 4. Mulheres. I. Título

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, sem autorização prévia por escrito, é proibida desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**O PAPEL DA MULHER NA CONQUISTA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA
COMUNIDADE “MALHADINHA” NO MUNICÍPIO DE BREJINHO DO NAZARÉ –
TO**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Geografia foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Geografia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: _____ / _____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Elizeu Ribeiro Lira), UFT

Prof. Dr. (Roberto de Souza Santos), UFT

Prof. Dr^a. (Gleys Ially Ramos dos Santos), UFT

RESUMO

A comunidade remanescente quilombola Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, Tocantins é foco desta pesquisa de conclusão de curso. Malhadinha fica aproximadamente há 100 km da capital tocaninense, Palmas, 25km de Porto Nacional a 35 do centro administrativo de Brejinho de Nazaré. Buscamos apresentar um pouco desta comunidade remanescente quilombola, a fim de contribuir com uma vasta literatura que vem sendo construída sobre o tema. Para tanto, recorreremos à revisão bibliográfica, como também a entrevistas feitas na comunidade com moradores que conhecem parentes da matriarca da comunidade, Ismênia. Apresentamos as narrativas, algumas imagens com intuito de co-construir outras formas de se olhar para comunidades negras rurais.

Palavras-chave: Comunidade Malhadinha. Território Quilombola. Remanescentes de Quilombos.

ABSTRACT

The remaining quilombola community Malhadinha, located in the municipality of Brejinho de Nazaré, Tocantins is the focus of this end-of-course research. Malhadinha is approximately 100 km from the capital of Tocantins, Palmas, 25 km from Porto Nacional, and 35 km from the administrative center of Brejinho de Nazaré. We try to present a little of this remaining quilombola community in order to contribute with the vast literature that has been built about the theme. To do so, we resorted to a bibliographic review, as well as to interviews made in the community with residents who know relatives of the matriarch of the community, Ismênia. We present the narratives and some images with the intention of co-constructing other ways of looking at rural black communities.

Keywords: Malhadinha Communities. Quilombola Territory. Quilombos Remnants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Malhadinha em Brejinho de Nazaré (TO).....	9
Figura 2 - Baú da ex-escrava Ismênia.....	18
Figura 3 – Forno.....	19
Figura 4 - Casa do Senhor Donato, descendente de Ismênia.....	20
Figura 5 - Reprodução do retrato do senhor Donato neto de Ismênia.....	21
Figura 6 - Reprodução do retrato da esposa do senhor Donato.....	21

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	GEO-HISTÓRICOS DA COMUNIDADE AFRO DESCENDENTE MALHADINHA	10
3	HISTÓRICO DA MULHER FUNDADORA DO QUILOMBO: ISMÊNIA	14
4	OBJETOS HISTÓRICO DE ISMÊNIA - A MULHER ESCRAVIZADA E MARCADA, MATRIARCA DA COMUNIDADE MALHADINHA	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26
	APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARCELINO RIBEIRO	28
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DONA ANTÔNIA MOREIRA DE SOUSA	30

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre demarcação e reconhecimento territorial, identidades sociais, ancestralidades de comunidades que são remanescentes quilombolas é um tema que vem pautando a produção científica contemporânea e que se intensificou com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), isto porque, a nossa Carta Magna versa sobre a demarcação e reconhecimento de terras quilombolas. Esta pesquisa fala sobre a comunidade remanescente quilombola Malhadinha que está situada no município de Brejinho de Nazaré, região central do no estado do Tocantins. A comunidade fica a 100 km de distância de Palmas (capital do Estado) e 25 km do município de Porto Nacional e 35 km da parte central de Brejinho de Nazaré. A comunidade remanescente de quilombo Malhadinha ocupa uma área territorial de aproximadamente 200 alqueires e é formada por 72 famílias.

O nome Malhadinha vem do uso da terra, isto é, era um local de ‘malhada do gado’ (onde o gado criado solto ficava e dormia). A comunidade, segundo a narrativas do(a)s moradore(a)s mais antigos tem sua origem com Ismênia, mulher negra e escravizada que veio da Bahia com um Padre (que após sua morte deixa as terras para ela, falamos sobre isso no texto). Uma triste curiosidade é que Ismênia, tinha a marca de uma ferradura em seu antebraço e, por isso, ficou conhecida como a “mulher ferrada”. Bisnetos e tataranetos de Ismênia ainda vivem na comunidade e guardam alguns objetos que pertenceram a ela.

A convivência e experiência vivida com e na referida comunidade quilombola permitiu a constatação de diversas questões, dentre os quais; destacamos a falta de memória sobre as origens, formação, bem como a dificuldade de manter e perpetuar as raízes culturais. O olhar se volta à arquitetura das moradias originais, as formas de trabalho e as expressões e manifestações culturais, como por exemplo: a religião e o folclore.

Sabendo da importância da memória oral, neste trabalho de conclusão de curso, discutimos o contexto histórico das transformações sociais deste quilombo e como as mulheres tiveram um papel central. Assim, olhamos para as ações que foram desenvolvidas para a conquista da demarcação e reconhecimento desse território. Nosso foco é olhar para o histórico de lutas dessas mulheres, uma vez que isso reflete as vivências de cada uma delas, apresentando experiências peculiares e positivas mudanças individuais e coletivas. Dar ouvidos às memórias é pensar sobre passados silenciados e desenhar futuros a partir de saberes ancestrais e identidades.

2 GEO-HISTÓRICOS DA COMUNIDADE AFRO DESCENDENTE MALHADINHA

Ao longo 353 anos¹ pessoas foram trazidas do continente africano e escravizadas no Brasil. Segundo Alencastro (2018), foram aproximadamente 5,5 milhões de africanos e africanas que chegaram no país para trabalharem no regime escravocrata². Esses sujeitos foram levados para os diversos estados brasileiros, para trabalharem principalmente com a produção de cana-de-açúcar, na mineração e em trabalhos domésticos. Nesta época, no Tocantins – que ainda pertencia ao estado de Goiás (conhecido como norte goiano), duas importantes rotas migratórias foram criadas: uma entrada pela região sudeste, na busca de ouro – ‘a rota do ouro’ e outra pela região norte, em busca de pastos naturais para a criação de gado – ‘a rota do gado’ (PARENTE, 2007; PALACIM, 1994). E em meio a estas rotas algumas comunidades quilombolas começaram a se formar. O Estado não reconhecia as comunidades quilombolas, inclusive quando a pessoa negra escravizada fugia tornava-se um(a) criminoso(a), pois roubava a si mesmo ‘de seu dono’ (SOUZA, 2008). Assim, histórias oficiais sobre os quilombos só apareciam a partir de registros de repressão:

As referências primeiras aos quilombos foram pronunciadas pela Coroa Portuguesa e seus representantes que administravam o Brasil colônia. Essas referências situam-se no contexto de repressão da Coroa aos negros aquilombados. O seu marco inicial foi possivelmente o que consta no Regimento dos Capitães-do-Mato, de Dom Lourenço de Almeida, em 1722. (SOUZA, 2008, p. 23).

O referido documento dizia o seguinte:

[...] ‘pelos negros que forem presos em quilombos formados distantes de povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões e de modo de aí se conservarem, haverão para cada negro destes 20 oitavas de ouro.’ (GUIMARÃES, 1988, 131 *apud* SOUZA, 2008, p. 23).

Neste sentido outras narrativas precisavam ser criadas e, por isso, os processos do reconhecimento de povos quilombolas e a demarcação de suas terras é extremamente importante para que os sujeitos possam reescrever sua história. Sem este dispositivo

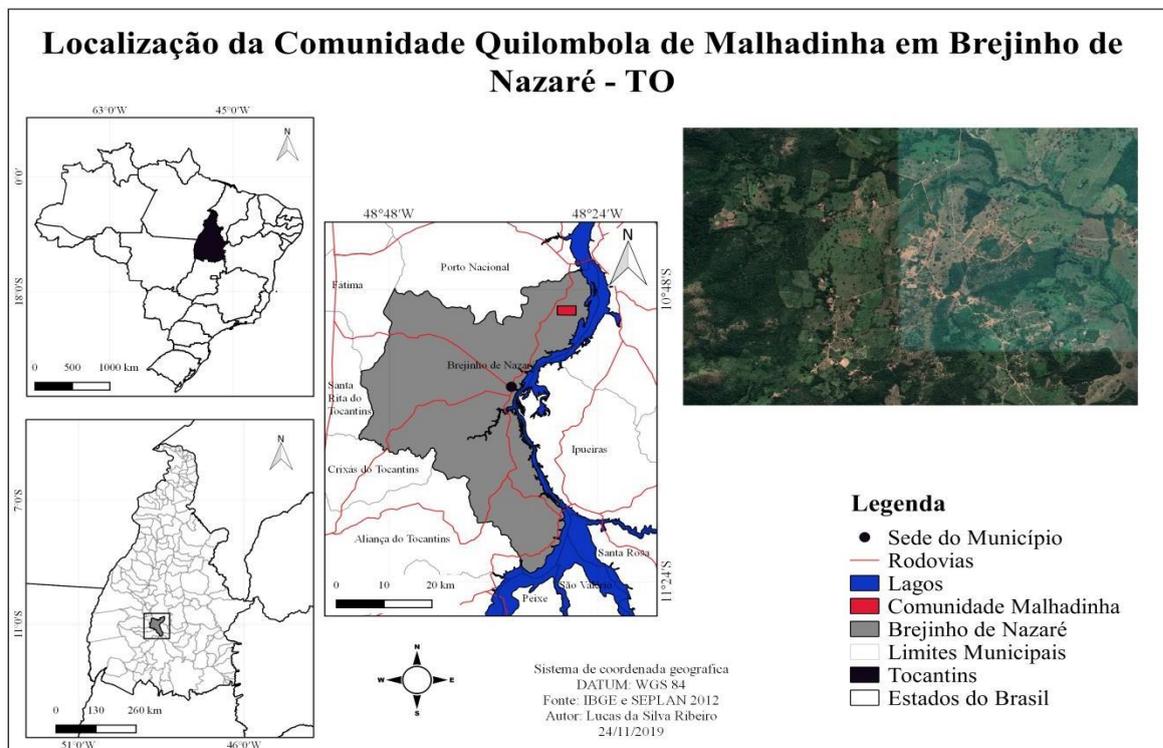
¹ O regime escravocrata, no Brasil, durou de 1535 (ano da chegada, em Salvador (BA), do primeiro navio com pessoas africanas escravizadas) e só ‘finalizaria’ em 1888, com a Lei nº 3.353 (BRASIL, 1888), conhecida como Lei Aurea. Vale destacar que, em 1850, a Lei nº 581 (BRASIL, 1850) – conhecida como Lei Eusébio de Queirós - determinou a proibição do tráfico negroiro.

² Para Alencastro (2018, p. 60), “o número de embarques nos portos africanos destinados ao Brasil (foi de) — 5,5 milhões, 45% do total dos deportados da África -, está provavelmente sobre-estimado no TSTD.” TSTD é *Trans-Atlantic Slave Trade Database*.

constitucional, as comunidades remanescentes de quilombos não teriam este nome e seriam distinguidos como segmentos sociais étnicos que luta pela terra (FIABANI, 2005, 2008, 2015).

Vale destacar que as produções acadêmicas que trazem narrativas sobre as comunidades remanescentes quilombolas são importantes, pois fazem parte de uma tentativa de recontar uma história de resistência da população africana que fora escravizada no Brasil. Assim, neste intuito é que apresentamos a comunidade quilombola Malhadinha, como já mencionado localizada entre os municípios de Brejinho de Brejinho de Nazaré –TO e Porto Nacional (que também é responsável por sua administração) (ver Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Malhadinha em Brejinho de Nazaré (TO)



Fonte: Ribeiro; Reis (2019)

Uma vez apresentada a geolocalização, faz-se necessário dizer que os processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, no Estado do Tocantins, tiveram (como no Brasil) um longo processo e as demarcações, aqui, ainda são muito tímidas. A pesquisa de Lira e Xavier (2017, p. 62), fala por exemplo de que o Incra chega a disponibilizar um “[...] quadro quantificando as comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, mas são dados preliminares e muito pobre de informações, não apresenta por exemplo, a situação fundiária dessas comunidades.”. Abaixo reproduzimos o quadro (ver Quadro 1)

Quadro 1 - Relação das Comunidades Reconhecidas como Remanescentes de Quilombos no Estado do Tocantins

DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DIÁRIO OFICIAL
01	Lagoa Da Pedra	Arraias	10/12/2004
01	Mimoso	Arraias	12/09/2005
01	Barra Da Aroeira	Santa Tereza Do Tocantins	20/01/2006
02	Cocalinho E Arredores	Santa Fé Do Araguaia Do Tocantins	20/01/2006
03	Laginha E Áreas Vizinhas	Porto Alegre Do Tocantins	20/01/2006
04	Mumbuca	Mateiros	20/01/2006
05	Povoado Do Prata	São Félix Do Tocantins	20/01/2006
06	Projeto Da Baviera	Aragominas	20/01/2006
07	Redenção	Natividade	20/01/2006
08	São Joaquim E Áreas	Porto Alegre To	20/01/2006
09	São José	Chapada Da Natividade	20/01/2006
10	Chapada Da Natividade	Chapada Da Natividade	20/01/2006
11	Córrego Fundo	Brejinho De Nazaré	20/01/2006
12	Distrito Do Morro De S. João	Santa Rosa Do To	20/01/2006
13	Malhadinha	Brejinho De Nazaré	20/01/2006
01	Grotão	Filadélfia	09/12/2008
01	Mata Grande	Monte Do Carmo	05/05/2009
02	Santa Maria Das Mangueiras	Dois Irmãos	19/11/2009
03	Carrapato	Mateiros	19/11/2009
04	Formiga	Mateiros	19/11/2009
05	Ambrósio	Mateiros	19/11/2009
01	Curralinho Do Pontal	Brejinho De Nazaré	24/03/2010
02	Dona Juscelina	Muricilândia	24/03/2010
03	Rio Das Almas	Jaú Do Tocantins	24/03/2010
04	Lajeado	Dianópolis	28/04/2010
05	Manoel João	Brejinho De Nazaré	06/07/2010
06	Baião	Almas	04/11/2010
07	Ilha De São Vicente	Araguatins	27/12/2010
08	Pe Do Morro	Aragominas	27/12/2010
01	Claro	Paraná	18/03/2014
02	Prata	Paraná	18/03/2014
03	Ouro Fino	Paraná	18/03/2014
01	Boa Esperança	Mateiros	02/02/2015
Total - 33 Comunidades Afro-descendentes			

Fonte: Incra (*apud* LIRA; XAVIER, 2017, p. 62)

Por fim, vale acrescentar que, a comunidade Malhadinha, como as demais remanescente de quilombo do Estado do Tocantins, passaram a receber ações, programas e projetos com intuito de melhorar a vida das pessoas que ali vivem (SANTOS, 2015).

Dito isso, na próxima seção apresentamos a história da mulher fundadora da Comunidade Malhadinha.

3 HISTÓRICO DA MULHER FUNDADORA DO QUILOMBO: ISMÊNIA

Para resgatar a história da Comunidade Quilombola de Malhadinha, foco desta pesquisa, e de seus moradores, é preciso trazer a memória da condição histórica e dos desafios enfrentados por todos, mas sobretudo pelas mulheres negras. Assim, nesta seção abordamos a história da comunidade e também de sua fundadora, Ismênia, uma mulher que fora marcada pelas violências da escravidão, mas também pela resiliência, luta e sobrevivência.

A história desta comunidade diz-nos não apenas o que as mulheres fizeram, mas também o que queriam fazer, o que acreditavam ter feito diante da concepção de que a terra é um bem comum. Esta perspectiva é, ainda hoje, circulante e concreta entre as famílias da comunidade negra de Malhadinha.

A história passada de geração a geração, por meio de narrativas discursivas, constrói memórias, identidades e senso de pertencimento.

As narrativas se ligam a lugares e pessoas; no caso, os quilombolas. O quilombo é lugar de memória onde os moradores se reconhecem como parte dessa coletividade onde de certa forma se reconstruem e se percebem a diferença para com os elementos exteriores a essa comunidade. (MELO, 2015, p. 38).

Seja resgatando memórias ou construindo futuros a Comunidade da Malhadinha, em seu processo de lutas e conquistas é sabedora da importância de seu papel na construção da história das comunidades descendentes de pessoas escravizadas no Tocantins. Segundo Melo (2015, p. 32), falar sobre a existência de quilombos é retratar momentos de lutas da população negra que fora escravizada. Em suas palavras:

Quando nos reportamos à existência dos quilombos enquanto realidade histórica brasileira – reconhecendo similaridades em outros lugares, estamos no embate com a sombra de Palmares dentro de uma historiografia da resistência que acentua, dentre outros elementos, esse status como sendo uma característica primordial, embora não deva ser a única.

Voltando a história de Malhadinha, faz-se importante mencionar que a Comunidade da Malhadinha é uma das primeiras comunidades tocantinenses a ser reconhecida pela Fundação Palmares. Sua formação como a maioria das comunidades quilombolas no Brasil originou-se de pessoas escravizadas que fugiam dos senhores fazendeiros. Mas, no caso, Malhadinha tem um outro aspecto a ser considerado que foi a história de Ismênia a “Mulher Marcada”, sua liberdade, terra doada e sua ação na proteção de pessoas negras que chegavam. I

Ismênia é a matriarca da comunidade e foi trazida do estado da Bahia por um Padre para trabalhar em sua fazenda. A fazenda – localizada justamente no local onde hoje é a comunidade – fora doada à Ismênia pelo Padre, devido sua dedicação e os bons serviços prestados a ele. A partir de então Ismênia passou a abrigar pessoas escravizadas que fugiram de outras regiões e os mantinha escondido em sua propriedade.

Com a finalidade de relacionar a história da comunidade remanescente quilombola Malhadinha a de vários outros quilombos no Brasil, citamos Bárbara Oliveira Souza (2008), quando a autora afirma que:

Há, também, as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade derivada da propriedade detida em mãos de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por negros(as) sacerdotes de cultos religiosos afro-brasileiros. [...] A concepção de que os quilombos seriam constituídos somente a partir de fugas, processos insurrecionais ou de grupos isolados apresenta-se equivocada e reflete os resquícios da construção conceitual colonial. (SOUZA, 2008, p. 38).

Dito isso, retornamos à história da matriarca, Ismênia, como já mencionado viera da Bahia, trazida por um Padre e chegou à região, por volta de 1816 onde viveu até 1882, segundo relatos e poucos registros científicos. Nesta pesquisa obtivemos informações por parte da quinta geração da mulher marcada a ferro e fogo “Ismênia”. Vale destacar que, como muitas outras pessoas que foram escravizadas, não existem documentos que comprove a sua existência, salvo de compra e venda, contudo, a História não é apenas a oficial, tem-se a história oral da família e alguns utensílios, como um baú (ver Figura 2), que materializam memórias da existência de Ismênia.

Seguindo essa linha de raciocínio estabelecemos diálogos, buscando angariar entre as informações orais das pessoas da comunidade dados que nos auxiliassem a esclarecer e enriquecedor a história do tempo presente.

Somente a história das famílias e amigos afirmam que Ismênia, a “Mulher Ferrada”, realmente existiu e alguns relatos trazem que a matriarca da Comunidade Malhadinha teria nascido em 1792.

Segundo duas entrevistas³, trazemos dados sobre a existência de Ismênia, bem como dos costumes de sua época. Foram entrevistados senhor Marcelino Ribeiro de Souza e dona Antônia Moreira de Sousa que falaram que conheceram descendentes da “mulher marcada”, Ismênia, e que alguns ainda estão vivos hoje.

³ Transcritas na íntegra e que podem ser consultadas no Apêndices A e B.

Diante dessas informações, buscamos compreender mais a história da comunidade quilombola de Malhadinha, dando foco nos processos de conquista deste território. Os moradores de Malhadinha rememoram a história, as lutas e a longa caminhada, bem como a importância das mulheres na busca pelos direitos de permanecer na terra.

Para comunidades negras a terra é muito importante. Seja para pensar permanência, pertencimento ou identidade. Sem a terra o grupo pode deixar de existir (FIABANI, 2005, 2015). Para populações negras que são remanescentes quilombolas, a terra é um elemento que constitui o processo de construção de identidade. Homens e mulheres autônomas, livres passam a construir as realidades sociais concretas e suas experiências estabelecem o modo de vida em sociedade. Para Fiabani (2015, p. 15):

Não é ao valor comercial que nos referimos, mas ao sentido que ela tem para a comunidade. [...] A terra é o lócus da história do grupo, o elemento aglutinador, o ponto de convergência para todos da comunidade inclusive os que, porventura, saíram.

Discorrendo sobre este ponto de vista, o processo da construção territorial e identitário da Comunidade de Malhadinha parte das terras doada à Ismênia e sua ação de proteger pessoas escravizadas que chegam nesta terra. E como diversas outras comunidades negras e rurais, desde a sua formação entende o uso da terra como um estilo de vida.

Sobre isso a pesquisa de Ademir Fiabani (2015, p. 27) acrescenta que; a terra é a “fonte de onde vem o sustento”, mas não só isso é a partir de onde se discute agências desses sujeitos, em diferentes temporalidades, na construção de identidades e pertencimentos. O historiador ainda afirma que:

[...] as comunidades negras são centros de preservação da cultura afro. Nestes locais, os moradores mantem viva várias celebrações e os costumes centenários. A religiosidade, tradição, o sentido da solidariedade, as formas de uso e preservação do solo, a relação com a natureza, a sabedoria dos mais velhos, as danças, as procissões, os mitos, lendas e muitas outras coisas estão preservadas; no entanto, tendem a desaparecer ‘desaparecer’ com a saída das famílias, pois são manifestações coletiva e perdem o valor com separação das pessoas ao saírem da comunidade. (FIABANI, 2015, p. 28).

Perante o exposto é possível inferir que o conhecimento, as experiências e a valorização das histórias e vivências nos mostram que as pessoas da comunidade quilombola são lugares de cultivo e perpetuação da memória, cultura e identidade negra. Na Comunidade de Malhadinha, os modos de ser e saber são transmitidos principalmente pelas mulheres, isto é, são elas que

reproduzem e perpetuam as formas de ser, crer, falar, ouvir, comer, ver e agir, influenciado como um todo a identidade cultural e transmitindo saberes apreendidos com os antecedentes

Fiabani (2015) aponta que nas falas dos sujeitos quilombolas há informações preciosas que descortinam significados. Além disso, é na oralidade que encontramos a importância atribuída ao lugar, a terra e que mesmo não estando mais aquilombado, as vivências que tiveram informam toda sua existência.

A comunidade quilombola se reinventa a partir dos conhecimentos ancestrais que são repassados, principalmente pelas mulheres mais velhas, pois são elas que falando sobre suas experiências, costumes, as formas de trabalho, das brincadeiras da época em que eram crianças, as danças típicas e valores morais. Sobre a responsabilidade geracional – dos mais velhos transmitirem informações e ensinarem aos mais novos – quando o território é um quilombo há um diferencial.

A organização quilombola tem o diferencial de fixar-se na discussão em torno desta territorialidade sob duas bases fundamentais: a herança africana, fixação de seus saberes originários e a defesa de um território. Ela baseada na relação de parentesco, no respeito ao mais velhos, no papel de cada um dentro da comunidade, na religiosidade, nos espaços concretos e simbólicos e na retransmissão de seus costumes (SANTOS, LIMA, 2013, p. 4)

Daniely Monteiro Santos e Solimar Oliveira Lima ainda acrescentam que:

A construção política de uma identidade coletiva em que seja possível assegurar a maneira estável do acesso a recursos básicos resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas dos remanescentes de quilombo por acesso à terra e a políticas públicas de inclusão social. Com a regularização fundiária, as comunidades passam a ter o título da terra e, a partir dele, terão acesso a várias políticas públicas do Governo Federal destinadas aos remanescentes de quilombo, como abastecimento de água, estrada, eletrificação, serviços de saúde e saneamento, dentre outros. (SANTOS, LIMA, 2013, p. 4)

Arrematando a ideia, sobre os processos de transmissão de conhecimento e vivências, em territórios quilombolas, além de ter a identidade coletiva assegurada e viva, há a organização política para reivindicar ao Estado serviços e políticas públicas (SANTOS, LIMA, 2013; FIABANI, 2015). E na mesma linha tem-se que a territorialidade representa, portanto, um esforço de uma coletividade em ocupar, usar, controlar e identificar-se com um grupo específico.

Dito isso, é importante mencionar que a formação de quilombos traduz territorialmente os modos de resistência de um povo, no caso, a população de africanos e afrodescendentes que resistiram à escravidão (MARQUES, 2011). Esses sujeitos formavam grupos, aliavam e

adentravam aos sertões e florestas, formando as comunidades quilombolas, de maneira organizada, tornando possível a prática da cultura africana (afro-brasileira), dos rituais religiosos, além de viverem em liberdade. Esses quilombos representaram uma forma de luta e combate à escravidão que se espalhou por todo o Brasil.

Outra forma de aquilombamento é como o que aconteceu na Comunidade de Malhadinha, isto é, pela condição de pertencimento pelo território. Uma vez que, a terra fora doada à Ismênia, pelo Padre (proprietário da terra e que a mantinha como escrava, mas após sua morte as terras foram doadas a ela). Ismênia, a “mulher marcada”, se tornou uma mulher livre, passou a proteger e esconder pessoas escravizadas em sua terra, durante o século XIX. Este processo de formação de quilombos também aconteceu em outros lugares.

Segundo Fiabani (2015), as principais matrizes formadoras das comunidades negras são: originadas de antigos quilombos; formadas em terras devolutas; que se constituíram em terras de igrejas ou de ordens religiosas católicas; formadas a partir de terras compradas pelos cativos ou ex-cativos; constituídas em terras recebidas por herança (como é o caso de Malhadinha); formadas em terras de fazendas abandonadas; as que nasceram de doações de terras pelo Estado em troca de serviço militares; as nascidas em terras indígenas e também constituídas em terras destinadas para assentamentos organizados pelo Incra.

Ainda sobre as comunidades que se formaram a partir de doação de terras Fiabani (2008, 69), afirma que:

Em algumas regiões do Brasil, escravistas doaram em vida ou por testamento, pedaços de terra para que fossem cultivadas pelos trabalhadores escravizados. Estes locais podem ter abrigado também cativos fugidos de outras unidades escravistas. Após a abolição, mesmo não legalizada a propriedade, essas terras transformaram-se em pontos de atração para outros afrodescendentes. [...] a doação de terras aos trabalhadores escravizados era feita a toda a coletividade. No entanto, a ocupação e o uso da terra fizeram-se das duas formas: familiar e coletiva.

A pesquisa de Adelmir Fiabani, aponta a formação de comunidade negras por diversas formas e no transcrito acima tem-se a descrição de formação a partir da doação, como foi o caso da Comunidade de Malhadinha. Dito isso, adentremos ainda mais à comunidade Malhadinha. No próximo subtítulo falamos mais sobre a história e os objetos que lá ainda estão.

4 OBJETOS HISTÓRICO DE ISMÊNIA - A MULHER ESCRAVIZADA E MARCADA, MATRIARCA DA COMUNIDADE MALHADINHA

Antes de apresentar alguns objetos históricos, que pertenceram à Ismênia, apontamos um ponto sobre a localidade:

[...] o nome Malhadinha origina-se do lugar onde se criava o gado solto. Ou seja, um lugar onde o gado dormia ‘malhada do gado’. Todavia, o verdadeiro nome é Fazenda São Felipe que foi uma doação de um padre ao Sr. Felício Dias que deixou como herança para as filhas Apolônia e Leandra, matriarcas da comunidade que são os Venceslence, Araújo Dias e os Pinto Xavier. (MARQUES, 2011, p. 6-7).

Se antes a antiga fazenda tinha por nome Fazenda São Felipe, passou a ser conhecida como Malhadinha, devido a seu uso socioeconômico (malhada do gado) e os moradores afirmam que já fazem muitos que a terra é conhecida apenas como “Malhadinha”. Os moradores trazem em seus relatos a reivindicação do direito de permanecer na terra, além de ressaltarem sentimentos de pertença ao local.

Após essas afirmações apresentamos nas próximas linhas alguns objetos que pertenceram à Ismênia, matriarca da Comunidade Malhadinha, e que ainda estão lá, como por exemplo, o baú. O móvel que pode ser visto na figura 2 e permanece com membros da família descente, no caso, um tataraneto de Ismênia. O baú, relíquia da família, fica sob os cuidados de um dos membros e é guardado de geração a geração.

Embora o baú traga uma materialidade da existência de Ismênia, as histórias sobre ela foram sendo paulatinamente esquecida ao longo dos anos. As gerações mais novas sabem pouco ou quase nada sobre ela. E os parentes tentam manter essa memória viva. Ismênia, como outras pessoas escravizadas, não possuem registros oficiais que comprovem sua existência.

Figura 2 - Baú da ex-escrava Ismênia



Fonte: Registro fotografia feito pela autora (2020)

Legenda: Baú de Ismênia que fica na casa de seu tataraneto o Sr. Francisco de Assis Dias dos Reis, filho de Sebastião e Madalena.

O Baú é uma materialidade que auxilia tanto nos processos de construção social da memória, como para demonstrar para pessoas externas ao grupo/comunidade um objeto que pertenceu a matriarca da comunidade remanescente de quilombo.

A memória, segundo Ecléa Bosi (1994), é formada a partir de uma interação complexa entre a memória do indivíduo e a memória grupal ambas dialogam quando o(s) indivíduo(s) narra(m) seu passado.

A força de vocação pode depender do grau de interação que envolve eventos de repercussão restrita deferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memórias grupal é feita de memórias individual. Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categoria nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modifica-lá; experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. (BOSI, 1994, p. 419).

Nesse sentido, o baú se faz um recurso de memória dos indivíduos que são descendentes sanguíneos de Ismênia, mas sobretudo para reforçar a lembrança e construir a memória de um grupo inteiro. Este baú que ainda se encontra nas terras da Comunidades e é uma ferramenta que possibilita aos indivíduos guardarem fatos, neste caso, de vivências de uma população negra rural: quilombo.

Voltando a discussão sobre o conceito de memória é preciso afirmar que: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI, 1994, p. 55). E nesta esteira argumentativa, o resgate histórico da Comunidade de Malhadinha se dá, por vezes, a partir de algumas materialidades. Isto é, a formação da historicidade quilombola é passível de ser apreendida pela cultura, o modo de vida da comunidade, as moradias antigas (as que restaram, pois muitas ‘acabaram com tempo’ ou foram derrubadas para dar lugar as novas construções) e alguns objetos. As novas moradas, feitas de alvenarias com telhados de cerâmicas, piso, não findam a memória, mas contrastam com a vida do quilombo. Hoje, há antenas parabólicas, energia elétrica, água encanada em quase todas as casas da comunidade. Todavia, vale destacar que, a chegada destes benefícios não implica que este território não seja um quilombo. As tradições passam a se repetir na diferença, isto é, são reproduzidas, mas ressignificam as histórias e tecem novos elos na memória coletiva (FIABANI, 2005, 2008, 2015).

Ainda com intuito de apresentar alguns elementos da vida na Comunidade Malhadinha escolhemos trazer uma fotografia de um forno de barro, utilizado ainda hoje, para assar bolos e cozer outros pratos. O referido forno encontra-se, atualmente, na casa de Francisco de Assis Dias dos Reis, em uma casa que já pertenceu a Sebastião.

Figura 3 - Forno



Fonte: Registro fotografia feito pela autora (2020)

Legenda: Forno de assar bolo localizado na residência do Francisco de Assis Dias dos Reis

Ao observar uma relíquia como essa, vemos que as mulheres permanecem conservando as tradições. O forno é usado pelas mulheres da comunidade para assar bolos e outros pratos, principalmente em épocas de festas. Os saberes e fazeres são cultivados e transmitidos durante o feitiço dos pratos para as festas tradicionais e as mulheres tem papel central em tudo isso.

Na próxima figura vemos a casa de Donato descendente de Ismênia, a matriarca do quilombo

Figura 4 - Casa do Senhor Donato, descendente de Ismênia



Fonte: Registro fotografia feito pela autora (2020)

A casa retratada acima é uma das construções que ainda existe na forma original. A construção é feita de adobe e provavelmente fora construída pelo senhor Donato. Nela, hoje, vive a família do senhor Francisco de Assis Dias Reis. O que sempre é dito por lá é que a preservação da casa e de objetos são importantes para as gerações futuras. Na Comunidade Malhadinha são poucas as casas como esta, feita há muitos anos por descendentes de Ismênia.

Dentro da casa ficam alguns objetos como fotografias como a do próprio Donato (neto de Ismênia) e sua esposa (ver Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Reprodução do retrato do senhor Donato neto de Ismênia



Fonte: Registro fotografia feito pela autora(2020)

Figura 6 - Reprodução do retrato da esposa do senhor Donato



Fonte: Registro fotografia feito pela autora (2020)

Uma vez apresentados alguns dos objetos históricos da Comunidade Quilombola de Malhadinha (Brejinho de Nazaré-TO), vale destacar que as famílias que compõem esta comunidade buscam valorizar a lembrança e manter vivas as tradições de seus antepassados.

“Apesar disso, os deslocamentos de sentido produzidos pelos novos agentes de formação da memória social começam apenas a se esboçar como [...] alternativa da memória familiar sobre o tempo.”. Assim, uma família guarda recursos para memória de um grupo inteiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos levantamentos entendemos que o processo para consolidação e manutenção da comunidade quilombola Malhadinha não é um processo aceito por completo. A presente pesquisa busca apresentar resultado de um esforço em evidenciar a luta das mulheres e trabalhadores negros contra os obstáculos impostos pela sociedade e Estado. Comunidades de remanescentes quilombolas são expressão viva da luta e resistência da população negra que ainda hoje reivindica melhorias e equidade. No texto falamos sobre como são tímidas as iniciativas no estado do Tocantins em demarcação de território quilombola e sobre como que os descendentes da ex-escrava buscam manter viva a memória, a tradição e a cultura afro. Esta pesquisa vai de encontro com uma vasta literatura que vem sendo produzida com intuito de construir novas narrativas sobre a população negra e deixar um legado para o de suas gerações.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2018. p. 57-63.
- ANTÔNIA. [Entrevista cedida a] Jovina dos Reis Neto, Comunidade Malhadinha, 2020.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Princesa Imperial Regente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro (RJ): Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FIABANI Adelmir, **Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. Palmas: Nagô Editora, 2015.
- FIABANI Adelmir. **Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. 2008. 274 f. Tese. (Doutorado em História) – Centro e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.
- FIABANI Adelmir, **Mato, palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- LIRA, Elizeu Ribeiro; XAVIER, Jonathas Adonias. Jalapão no Tocantins: um território quilombola. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo De Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ Nurba**, v. 3, n. 2, p. 53-70, 2017.
- MARCELINO. [Entrevista cedida a] Jovina dos Reis Neto, Comunidade Malhadinha, 2020.
- MARQUES, Kátia Maria Carvalho de Moraes. Aspectos atuais da Comunidade Quilombola Malhadinha no município de Brejinho do Nazaré-TO. *In*: Seminário de Pesquisa e Pós-graduação em História Puc-GO, 2011, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Goiânia: PUC-GO, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/16_-_Comunidade_Quilombola_em_Malhadinha.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

PALACIM, Luiz. **O século do ouro em Goiás (1722-1822):** Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4ª edição. Goiânia: UFG, 1994.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Colonial.** Goiânia: UFG, 2007.

REIS NETO, Jovina dos. **Baú da ex-escrava Ismênia.** 2020. 1 fotografia, color.

REIS NETO, Jovina dos. **Casa do Senhor Donato, descendente de Ismênia.** 2020. 1 fotografia, color.

REIS NETO, Jovina dos. **Forno.** 2020. 1 fotografia, color.

REIS NETO, Jovina dos. **Reprodução do retrato da esposa do senhor Donato.** 2020. 1 fotografia, color.

REIS, Jovina dos. **Reprodução do retrato do senhor Donato neto de Ismênia.** 2020. 1 fotografia, color.

RIBEIRO, Lucas da Silva; REIS, Jovina dos. **Mapa de localização da Comunidade Malhadinha em Brejinho de Nazaré (TO).** [Porto Nacional], 2020. 1 mapa, 10,6 X 16 cm.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. **Revista Espacialidades [online]**, v. 6, n. 5, p.197-215, 2013. Disponível em: https://cchla.ufpn.br/espacialidades/v6n5/Espacialidades_v6n5_10.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Roberto de Souza (org). **Educação, território e cultura quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisa.** Goiânia: Kelps, 2015.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se** - panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2130>. Acesso em 05 maio 2019.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARCELINO RIBEIRO

Qual o seu nome? Marcelino Ribeiro de Souza.

Onde nasceu? Aqui na Malhadinha em 1933.

Quem foram seus pais? José Ribeiro Sousa e Felizarda Antônia Sousa.

De quem eram as terras, onde moram hoje? Antigamente era das seis Marias, hoje, tá tendo “bucado” (muitos) de dono.

Qual o seu Santo de devoção? Espírito Santo e São Sebastião.

Participa de algum festejo. Se sim qual? Participo principalmente do Divino espírito Santo.

Como são realizados os festejos, hoje? É pela irmandade, a gente faz o sorteio aí quem pega o sorteio fica encarregado de fazer a festa daquele ano.

Qual sua participação nos festejos? É como folião sou violeiro eu quem puxo os cantos.

Como recebeu a notícia de que era descendente de quilombolas? Aqui, primeiramente, fizeram uma peça de teatro pelo Vença, aí depois foi boca a boca.

O que mudou? Agora mesmo com o negócio das bolsas mesmo. Teve oportunidade para os meninos estudar, as construções das casas entre outros vários benefícios. **Quais os benefícios, para a comunidade?** Vários benefícios, como o remanejamento da recuperação dos córregos, construção do aviário e agora tá vindo o plantio de mudas de frutas do cerrado (projeto).

Como pensa na divisão das terras, hoje? Agora mesmo ajudei a medir as terras com ‘itropologo’ (agrimensor) que agora não me lembro o nome do (indivíduo). Agora só tá dependendo do INCRA, o terreno está medido em 2 mil alqueires.

Qual o seu nível de alfabetização? Até que série o senhor estudou? Até o segundo ano do ensino fundamental.

Onde estudou? Aqui na Escola Malhadinha, na década de 1950 até 1951.

O senhor já ouviu falar sobre a história de uma mulher marcada? Existem desentendes dela por aqui? Sim, a bisavó de Donato e que se chamava Ismênia.

Quem são? Estão vivos? Chegou a conhecer alguém? Sim. Alguns estão vivos os bisnetos, os filhos de Miliano, os filhos de Donato.

Existe alguma documentação que possa comprovar a existência dessa mulher? Não sei, acho que existe um baú com o ‘trem’ (objetos) dela encontra na casa de Pelé, que é o dono hoje.

O porquê do nome “malhadinha”? Malhadinha é porque antigamente o povo colocava o gado para pastar, então colocaram o nome Malhadinha por causa do malhador de gado.

Como eram as formas de trabalho das mulheres antigamente? Era fiar, costurar, ir pra roça, trabalhava com o marido capinando, fazendo “corvara” (juntando lenha em um monte para colocar fogo), as mulheres plantavam arroz, milho, feijão, abóbora, mandioca, banana, cana de açúcar tudo na enxada cova por cova. No tempo de botar roça, o marido ia derrubar a mata e as mulheres ia juntando o mato mais fino para queimar. Depois da roça plantada elas iam colher o arroz cortando os cachos com as mãos com uma faca feitas artesanalmente lapidadas em madeiras. Depois do arroz cortado elas faziam a “estiva” (é um tipo de mesa feito com os pés de arroz para cobrir os cachos do arroz cortado) no meio da roça.

Mudou algo em relação às formas de trabalho da época? Como/qual? Vi mudou porque a mulher hoje “panha” (apanha) água na parede (Ou seja, agora possuem água encanada), ninguém lava roupa no “córgo” (córrego), temos energia, não usamos a candeia e muitas delas não usam mais o fogão de lenha, temos casa de tijolos.

Qual sua idade? É 83 anos é de 12 de abril de 1933;

Qual a religião a que prática? Católico.

Seus antepassados tinham uma religião específica? Qual? Sim, somente católicos. **Como eram os tipos de brincadeiras das quais participava quando o senhor era criança?** Tinha várias brincadeiras como tambor, brincadeiras de rodas, tinha festa da quaresma, “intrude” (hábito de jogar água nas pessoas isso na semana santa).

Como se sente sendo descendentes de pessoas que foram escravizadas? Me sinto bem. Porque trouxe o reconhecimento e melhorias para a comunidade.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DONA ANTÔNIA MOREIRA DE SOUSA

Você conhece a história de que havia uma mulher marcada? Sabe se existem descendentes dessa mulher? Sim, conheci a mãe de Donato, ela é neta de Ismênia e Donato que bisneto de Ismênia.

Sabe se tem parente dela aqui na comunidade? Sei. Era o Donato, filho da Madalena, bisneto de Ismênia e os tataraneto que são os filhos de Emiliano e os de Donato. (Madalena mãe de Donato é falecida e Donato Emiliano também).

Chegou a conhecer alguém? Sim.

Porquê do nome “malhadinha”? Disse que é por que é por causa da malhada do gado. O gado malhava e os povos buscava o gado no malhador, por isso o nome Malhadinha.

Como eram as formas de trabalho das mulheres antigamente? No “Fuso” (algo utilizado pelas mulheres para fiar o algodão), ciscava o mato fino da roça, plantava arroz, feijão, abóbora, maxixe, banana, etc. Depois colhia à mão o arroz, cortando os cachos e depois fazia as estivas. Também fiava o algodão para poder fazer as roupas para poder vestir, eu mesma “fiço” (fiz) um “bucado” (muitos).

Alguma coisa mudou em relação as formas de trabalho daquela época para agora? Se sim, o quê? Mudou demais porque agora ninguém vai mais na roça, ninguém buscar água no córrego, ninguém costura mais.

Qual sua idade? 81 anos.